



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000014-47.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **OF, IP-Flagr. - 23/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 6/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **DAVID GOMES DE ASSIS**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 18 de março de 2014, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gilvan Machado, Promotor de Justiça. Ausente o réu **DAVID GOMES DE ASSIS**, preso que não foi apresentado pela escolta. Presente o defensor do acusado, Dr. Arlindo Basílio. O réu não foi apresentado em razão da greve dos agentes penitenciários. Ouvidos o Dr. Promotor e o Dr. Defensor, pelos mesmos foi dito que concordavam com a tomada dos depoimentos sem a presença do réu. Assim, foram inquiridas o representante da vítima Reinaldo Borges de Carvalho e a testemunha de acusação Marcelo Henrique Fronteira, em termos apartados. Colhida a prova o Defensor comunicou o Juiz que o réu não desejará ser interrogado. Em razão disso o MM. Juiz deliberou fazer a realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 22. Auto de entrega de fls. 23 e auto de avaliação de fls. 24. Ao ser detido no local do furto David admitiu a sua prática. A garrafa de vinho foi apreendida e restituída ao estabelecimento comercial. Ele também confessou a autoria do furto ao ser questionado pela autoridade policial. A confissão do mesmo está em conformidade do depoimento de Reinaldo e PM Fronteira que efetuou a sua prisão, tudo a autorizar o acolhimento da denúncia pela prática de furto tentado simples. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A testemunha ouvida nesta oportunidade observou que foi alertado por um outro funcionário da vítima de que o réu havia ocultado a res furtiva e a partir de então passou a monitora-lo, optando por abordar o réu somente após a passagem pelo caixa. Uma vez abordado pela testemunha Reinaldo, até propôs pagar pelo vinho, mas o valor que tinha não era suficiente; propôs então a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

troca por outro de menor valor, o que não foi aceito. O quadro acima narrado é o suficiente para promover a absolvição do acusado sustentando a teoria do crime impossível, eis que dado o monitoramento eletrônico o réu jamais conseguiria consumir o delito. Além do mais, trata-se de objeto de pequeno valor, sem nenhuma significância no mundo jurídico, por consequência, a ofensa praticada pelo réu. Também, nesse aspecto, a absolvição do réu por medida de Justiça sobre o âmbito de crime de bagatela. Sendo assim, por quaisquer ângulo que queira se observar a situação, o caminho da absolvição é o que melhor se justifica. Contudo, caso entenda diversamente Vossa Excelência, requer seja aplicado o redutor máximo no que diz respeito ao crime tentado e observado ainda o disposto no artigo 387, parágrafo 2º do CPP, a fim de fixação eventualmente de regime aberto para o cumprimento da pena imposta. É o que se requer. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. DAVID GOMES DE ASSIS**, RG 33.406.148/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, “caput”, c.c. o artigo 14, inciso II, do Código Penal, porque no dia 6 de janeiro de 2014, por volta das 20h50, no Supermercado Carrefour situado na Avenida São Carlos, 3594, nesta cidade, tentou subtrair uma garrafa de vinho Les Combelles, avaliada em R\$54,00, não consumando a subtração por ter sido abordado e detido por funcionários daquele estabelecimento ao chegar ao pátio de estacionamento, sem passar pelo caixa para o pagamento do bem que apanhara em uma prateleira onde estava exposto. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 26 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 49), o réu foi citado (fls. 70/71) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 78/87). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidos o representante da vítima e uma testemunha de acusação, sendo dispensado o interrogatório do acusado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação do réu por furto tentado simples, enquanto que a Defesa requereu a absolvição defendendo as teses do crime impossível e do crime de bagatela. **É o relatório. DECIDO.** De fato o réu esteve no estabelecimento vítima e aí subtraiu de uma prateleira um litro de vinho, colocando-o dentro de uma bolsa que carregava. Em seguida adquiriu pães e passando pelo caixa quitou esta compra e não apresentou a bebida para ser registrada. Aconteceu que a sua atitude, desde o momento em que apanhou a garrafa de vinho e a escondeu na bolsa, foi observado pela segurança do supermercado. O controlador das câmeras de vigilância viu o momento em que o réu pegou a bebida e a escondeu na bolsa e avisou o vigilante que estava em operação no interior do estabelecimento. Este passou a seguir o movimento do réu, aguardando que o mesmo saísse do supermercado para ser abordado. Verifica-se, portanto, que mesmo o réu não tendo percebido que estava sendo vigiado e seguido o tempo todo, sua ação criminosa não tinha como se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

completar. Não havia a mínima possibilidade de o réu concluir a realização do crime pretendido. Caso típico de crime impossível nas circunstâncias em que se deu a ocorrência, pois o réu estava totalmente impedido de consumar a subtração desejada. Impõe-se, portanto, a sua absolvição. Observo que o tempo em que o réu permaneceu preso já lhe serviu de punição e de advertência pela ação vergonhosa e inadequada que cometeu. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA** e **ABSOLVO o réu DAVID GOMES DE ASSIS**, com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Em razão deste resultado, expeça-se alvará de soltura. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. NADA MAIS. Eu, CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei, imprimir e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR: